

Sistema da agricultura familiar camponesa: um estudo de caso no distrito de Santa Teresinha, Palmeira das Missões/RS

SIBELI FERNANDES¹; GIANCARLA SALAMONI²;

¹ Aluna do PPGGeo - UFPel, Bolsista Capes– sibelifernandes@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Geografia/UFPel– gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar dados referentes ao sistema da agricultura familiar camponesa do município de Palmeira das Missões¹ com destaque para a área do Distrito de Santa Teresinha. Os dados primários foram obtidos a partir de pesquisa de campo, a qual foi realizada por meio do uso da técnica de entrevista, com os agricultores familiares camponeses², baseada em um roteiro semiestruturado. O roteiro foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura, a saber: o subsistema social, que permite a caracterização do produtor familiar camponês; o subsistema funcional, que engloba os elementos técnicos e o último, subsistema de produção, que trata de caracterizar o *output* (saída) do sistema da agricultura familiar camponesa. Este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização socioprodutiva na área estudada (DINIZ, 1984).

Tratar da agricultura familiar camponesa implica em identificar os argumentos que norteiam os debates e os termos utilizados na análise e conceituação deste tema. Para tanto, a reprodução e a manutenção dos agricultores familiares camponeses no espaço rural apresentam novos arranjos no que se refere à organização social, técnica e produtiva, pois estão condicionados tanto a fatores internos da unidade produtiva, quanto aos fatores externos de configuração da sociedade contemporânea.

2. METODOLOGIA

Adotam-se as contribuições do pensamento sistêmico³, o qual busca uma compreensão multidimensional e complexa da realidade que nos cerca. A Teoria Geral dos Sistemas, preconizada por Bertalanffy (2008) emergiu como uma ferramenta metodológica adequada para lidar com as diversas complexidades e as ideias comuns às diversas áreas do conhecimento. Em resumo, o pensamento sistêmico serve para uma melhor definição da pesquisa e também para delinear com maior exatidão o objeto de estudo. Nesse caso, o pesquisador deve contar com uma grande quantidade de informações, capazes de descrever a complexidade dos fenômenos.

A análise integrada dos sistemas agrários constitui uma metodologia adequada para estudos da problemática da agricultura. Para Silva Neto e Basso (2005)

[...] a abordagem em termos de sistemas agrários é adequada na medida em que: (a) leva em consideração a dinâmica histórica que tornou efetivos os sistemas praticados e (b) permite visualizar as potencialidades e os limites de cada tipo de sistema em função do valor agregado que gera e da modalidade de sua apropriação por parte dos agentes sociais envolvidos ao longo do processo de produção. (SILVA NETO; BASSO, 2005, p.111)

¹ O município localiza-se na região noroeste do Rio Grande do Sul.

² Neste trabalho os termos camponês e agricultor familiar são utilizados de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. (RIBEIRO; SALAMONI, 2011)

³ Bertalanffy (2008) buscava uma linguagem científica única, capaz de englobar todos os campos do conhecimento, ou seja, sua nova conceituação teria um caráter global, organização e hierarquização dos sistemas.

Uma metodologia relacionada ao pensamento sistêmico serve para articular ideias/teorias e práticas/técnicas que nortearão futuras pesquisas. Assim, esta deve ser construída de tal modo que se possam explicar todos os elementos selecionados, observados e interpretados.

Para se estudar e analisar os sistemas torna-se necessário delimitar as “fronteiras” do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere ao trabalho, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as técnicas utilizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O segmento familiar camponês apresenta-se como singular e, portanto, remete a uma complexidade também peculiar. Para ser possível caracterizar determinada exploração agrícola como familiar ou não familiar faz-se necessário que se tome como referência vários elementos que abranjam a amplitude das formas que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio às relações capitalistas de produção. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o agricultor familiar camponês pode ensinar àquele que não é agricultor, muito mais do que a ordem contrária. (SHANIN, 2008)

Para uma melhor compreensão das distintas realidades agrárias, pode-se partir respondendo algumas questões consideradas como parte do sistema da agricultura⁴, a saber: subsistema social que responde sobre “quem é o produtor rural?”; subsistema técnico que analisa “como é produzido?”; e o subsistema produtivo que caracteriza “quanto, o que, para quem é produzido?”.

Subsistema Social

A categoria social de um estabelecimento agrícola se define pelo estatuto social de sua mão de obra (familiar, assalariada, cooperativa, entre outras) pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à terra e pela dimensão do estabelecimento agrícola (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Quanto ao trabalho, o suprimento de mão de obra não remunerada é o principal, dado pelo tamanho e composição da família. Os recursos ditos complementares são terra e capital, variáveis em função do mercado de terra e da acumulação interna da família, respectivamente. A utilização intensiva ou não dos recursos está intimamente ligada à satisfação das necessidades da família.

Nas propriedades familiares entrevistadas há uma prevalência dos adultos jovens, na faixa etária de 21-30 anos e, principalmente, na faixa de 41-50 anos, indicando uma disponibilidade de força de trabalho ativa. Cabe destacar, que os idosos, acima dos 61 anos indicam a presença de renda complementar nas propriedades via ingresso monetário da aposentadoria rural.

Assim, com base nos pressupostos de Chayanov (1974), a agricultura familiar camponesa é vista sob outra ótica, não somente como classe social, mas como uma forma de organização socioprodutiva nos moldes de uma “empresa familiar”, pois, apresenta peculiaridades devido ao caráter familiar da

⁴ Ver mais em: DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

sua divisão do trabalho, e são as relações de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo, formando uma interação indissociável entre empresa agrícola e família.

Sobre os dados referentes à condição do produtor, dos 29 entrevistados, 25 são proprietários (86%), 2 agricultores (7%) parte de suas terras são próprias e parte das terras são arrendadas e 2 as terras onde moram (7%) são totalmente arrendadas. Quanto às formas coletivas no uso da terra, como é o caso da parceria e da meação, essa prática não apareceu.

Subsistema de produção

Para conhecer como se organiza a produção dos agricultores familiares camponeses, foi questionado sobre quais são os produtos cultivados de maior importância na formação da renda na propriedade e qual a finalidade, todos os entrevistados responderam produzir para o autoconsumo feijão, milho, mandioca, batata, hortaliças, frutas, etc. Quanto à comercialização a erva mate, a soja e o leite aparecem como os principais produtos destinados a venda. A partir disso, observa-se o processo de integração com o mercado, está representado pelo cultivo de soja, erva-mate e pela produção de leiteira. Essas atividades agrícolas representam a integração da agricultura familiar camponesa com as agroindústrias.

Os fatores responsáveis pela externalização da produção, que tornam os produtores familiares camponeses dependentes do mercado, estão representados pela aquisição de sementes, mudas e insumos agrícolas (agrotóxicos e fertilizantes). O trabalho agrícola é mercantilizado⁵, pois o incremento da externalização através das novas tecnologias agrícolas faz com que o trabalho aumente em termos de produtividade e que o trabalho e determinantes processos de produção sejam diminuídos enormemente. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2006)

Os agricultores familiares camponeses estão integrados e submetidos ao uso de tecnologias agrícolas, porém, isso não significa que não possuam uma autonomia, ainda que parcial, sobre o processo de produção agrícola. Mesmo estando sob os parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de disporem de seus meios de produção, segundo a lógica interna de funcionamento das unidades camponesas, principalmente no que diz respeito à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo. A produção para o autoconsumo não gera rendimentos monetários diretos, ela representa uma economia de renda para os agricultores familiares camponeses, pois evita gasto com a compra de alimentos no mercado.

Subsistema Técnico

No que se refere ao atendimento de assistência técnica, 20 propriedades recebem assistência técnica (69%), entre elas destaca-se assistência da Emater, Sindicato dos Trabalhadores rurais, Cooperativas (Cotrisal), Empresa Privada (Cooplantio e Agropecuária do Município de Novo Barreiro). Apenas 9 (31%) propriedades não são atendidas por assistência técnica.

Quanto à utilização de crédito rural pelos agricultores entrevistados, 10 não utilizam nenhuma forma de crédito (35%), 16 utilizam linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (55%), 3

⁵ “Mercantilizado ou mercantilização é o processo pelo qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado, através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção”. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2006, p. 5)

utilizam diretamente em instituições bancárias. Cabe destacar, que parte dos entrevistados utiliza mais de uma forma de crédito. A finalidade do crédito é, geralmente, para financiar a compra de máquinas e equipamentos e fazer benfeitorias na propriedade (construção de galpões, etc.).

4. CONCLUSÕES

Promover um debate sobre a organização da agricultura familiar camponesa apresenta-se como vital, na medida em que este segmento agrega uma parcela significativa da população rural e é movido por uma lógica que ultrapassa as imposições do sistema capitalista que condicionam as relações da sociedade de forma mais geral. No caso pesquisado, estabelece-se um duplo processo de autonomia-subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis. Esse processo de integração está representado, particularmente, pela produção agrícola como o cultivo de erva-mate, soja e pela produção de leite. Estes dois últimos produtos representam, especificamente, a integração da agricultura familiar camponesa com as agroindústrias.

Com o intuito de melhor atingir os objetivos traçados nesse trabalho optou-se por utilizar a metodologia sistêmica. Nessa perspectiva, as orientações metodológicas propostas pela Teoria Geral dos Sistemas e dos Sistemas Agrários servirão de referencial para a análise da evolução histórica e da diferenciação geográfica, identificando tipos de organização espacial da agricultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. "Questões Agrárias Educação no Campo e desenvolvimento"**. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. p.1-19
- MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo - do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD/ MDA, São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- RIBEIRO, Veridiana S.; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no assentamento 24 de Novembro- Capão do Leão- RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.6, n.11, p.194-217, 2001.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. Conferência ministrada na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. In: PAULINO, Eliane Tomiasi (Org). **Campepinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.
- SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.